

CNDH oficia Justiça sobre agravamento da crise sanitária gerada pela pandemia no Estado do Amazonas

O Conselho Nacional de Direitos Humanos - CNDH enviou na sexta-feira (08) ofícios ao Poder Judiciário do Amazonas manifestando preocupação quanto ao agravamento da crise sanitária no estado, gerada pela covid-19 nas últimas semanas, e apresentou o Relatório Emergencial Pandemia Covid-19 e violações de direitos humanos no Estado do Amazonas. O relatório, aprovado pelo Conselho na 3ª Reunião Extraordinária, é resultado de missão realizada em maio e junho do ano passado e emite recomendações às instituições públicas e privadas envolvidas com a proteção dos direitos humanos de grupos vulnerabilizados no estado do Amazonas.

O CNDH considera importante que os pedidos apresentados à justiça estadual pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas - DPE-AM sejam deferidos, a fim de garantir a ampla proteção dos direitos humanos da população amazonense no atual contexto da pandemia pelo novo coronavírus.

No início do ano, a DPE-AM ingressou com pedido liminar em que pede, a título de urgência, que sejam adotadas, pelo governo estadual e pelo governo do município de Manaus, as providências necessárias para a redução da disseminação da covid-19 e superação da crise sanitária no estado.

Para Yuri Costa, presidente do CNDH, “é de extrema importância a continuidade da atenção que o Conselho vem dando à drástica crise sanitária atravessada pelo Amazonas. Além de reforçar estudos técnicos produzidos pelo CNDH sobre o tema, buscou-se agora contribuir com os pedidos que a Defensoria Estadual apresentou ao Judiciário amazonense, relevantes e coerentes para o combate à chamada segunda onda na pandemia. Além disso, foi estabelecido contato direto com o Defensor Público-Geral daquele estado, de forma a aproximar o CNDH com as instituições que atuam mais diretamente no caso.”